ESCOLA DE ENFERMAGEM

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000 – SP - SP
Tel.: (11) 3085-4066 – Fax: 3088-8213 – E-mail: ee@edu.usp.br
C.P. 5751 - CEP 01061-970 – São Paulo – SP - Brasil

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

1. **Identificação do resenhista – nome, profissão, função, vínculo com a EE, e-mail.**
   Jéssica Sponton Moura Minosso. Enfermeira. Doutoranda do Programa Interunidades de Doutoramento da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. jessica.minosso@usp.br

2. **Data e local de elaboração da resenha.**
   São Paulo, Abril/2014

3. **Título: referência bibliográfica completa de acordo com normas Vancouver**
   Ferraro AR. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. Educ. Pesqui. 2010; 36(2): 505-526.

4. **Unitermos: destacar os já definidos na obra e criar outros que poderiam classificá-la para busca bibliográfica. Ajustar com as normas.**
   Brasil, Escolarização, Gênero, Raça, Classe Social (Palavras-chave)
   Brasil, Escolaridade, Identidade de Gênero, Distribuição por raça ou cor, Classe social (DeCS).

5. **Corpo da resenha:**

   5.1 Resumo da obra – máximo 2 páginas, destacando os pontos principais.

O artigo de Ferraro (2000) expõe os resultados de um ensaio sobre a articulação das dimensões gênero, raça e classe social no estudo da escolarização no Brasil, com base no *Censo Demográfico 2000* e em alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2008.

Segundo o autor, desde 1988 têm se multiplicado artigos e obras que destacam a importância destas relações no estudo da escolarização. Entretanto, cada uma destas dimensões, se analisadas separadamente, apresenta questões teórico-conceituais altamente complexas. Além disso, não possuem um estatuto equivalente quando associadas à educação, dificultando o alcance do objetivo estabelecido para este estudo. Adicionam-se a este obstáculo os desafios de ordem metodológica impostos pela utilização dos dados censitários. Apesar dos recenseadores utilizarem a variável *sexo*, Ferraro recorre à categoria *gênero* para a análise destes dados. O conceito de gênero utilizado foi definido como "o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado" (Nicholson, 2000, p. 508). A dimensão classe social também foi introduzida. Para a sua análise, utilizou uma aproximação do conceito de Marx, que rejeita por antecipação o conceito corrente que define classes com base na renda ou indicadores de consumo. De acordo com esta definição, a forma de inserção no processo de produção é o mais relevante, com destaque para os proprietários das forças de produção e os vendedores da força de trabalho. Como o IBGE não trabalha com este conceito, optou por utilizar um dos indicadores censitários, a variável *posição na ocupação*. Quanto à raça, questão sempre complexa, por envolver também cor e etnia, considerou apenas as pessoas autodeclaradas brancas, pretas ou pardas, agregando as pretas e pardas na categoria "negras". Assim, estas dimensões foram primeiramente analisadas de maneira isolada, em sua relação com a educação, sendo depois articuladas.

Em relação ao gênero, os resultados demonstraram que, na medida em que se passa das gerações mais velhas para as mais novas, a média de anos de estudo aumenta tanto entre homens como entre mulheres. Mas outra observação, a mais marcante, refere-se à inversão histórica na relação entre sexo e escolarização: as mulheres apresentam médias de anos de estudo nitidamente mais elevadas do que os homens, a partir da geração nascida em 1960. A desigualdade quanto à escolarização, que historicamente pesava em desfavor da mulher, converte-se, agora, a favor dela. Certamente, esta mudança tem a ver não com o sexo (aspectos biológicos), mas com o gênero, ou seja, "com as mudanças nas concepções e valores a respeito da mulher e de seu lugar e papel na sociedade" (Ferraro, 2010, p.511). Mas, de acordo com Ferraro, seria precipitado considerar a vantagem estatística das mulheres em relação à média de anos de estudo como prova de

superação e inversão na desigualdade social. Alguns autores têm sugerido que das mulheres são exigidos maiores níveis de escolarização para ocupar o mesmo posto de trabalho em relação aos homens.

Analisando-se a dimensão cor ou raça, verifica-se um padrão constante: vantagem, em termos de ano de estudo, de brancos sobre negros. Observa-se, entretanto, que a distância que separa a população negra em relação à branca vem diminuindo progressivamente. Apesar disso, esta desigualdade se faz presente em todas as gerações analisadas pelo censo, obedecendo a uma lógica distinta da que rege sexo e escolarização.

Considerando a dimensão classe social, os resultados demonstram que existe uma hierarquia acentuada entre as diferentes posições na ocupação, com a liderança da categoria *Empregadores*, em relação à média de anos de estudo. A enorme disparidade é demonstrada analisando-se a média de anos de estudo da categoria líder (10,2 anos) em relação à categoria inferior *Trabalhador na produção para o próprio consumo* (2,2 anos) – uma relação aproximada de 5/1 entre os extremos.

A articulação das três dimensões revela que as mulheres, tanto brancas como negras, apresentam médias de anos de estudo mais elevadas do que os homens de mesma posição na ocupação e de mesma cor ou raça, na grande maioria das categorias analisadas. A variável cor ou raça demonstra que há vantagens das mulheres brancas sobre as negras, e de homens brancos em relação aos negros em quase todas as categorias de posição na ocupação. A análise da dimensão classe social reforça a existência de uma hierarquia acentuada da categoria *Empregadores,* que se mantém basicamente para ambos os sexos e ambos os grupos de cor ou raça (vantagem de brancos sobre negros e de mulheres sobre todas as categorias), com exceção das categorias *Empregador* e *Conta própria* em que se tem superioridade feminina e da população de cor ou raça branca.

Em síntese, a análise destas dimensões articuladas revela que a determinação mais forte das desigualdades educacionais procede da variável posição na ocupação, independentemente do gênero ou raça, sendo que estes mantêm a sua determinação específica, cujo poder é mais intenso no conjunto das categorias de trabalhadores assalariados.

Segundo os dados da PNAD 2008, os ganhos no oitênio analisado foram bastante elevados variando de +2,9 a + 3,3 anos de estudo, sendo maior entre negros do que brancos, diminuindo levemente (0.5 ano de estudo) a desigualdade racial quanto à escolarização. Manteve-se porém, no mesmo nível, a desigualdade de gênero.

Os resultados deste estudo indicam que não é inviável perseguir-se o objetivo de articular as dimensões de classe social, gênero e raça para uma melhor análise da escolarização. Entretanto, estes resultados não podem ser simplesmente adicionados, uma vez que obedecem a lógicas distintas. Majoritariamente, demonstrou-se que a classe social continua a exercer influência determinante no campo da educação; assim, a utilização deste conceito, apesar das dificuldades de sua utilização, não deve ser abandonado.

Finalizando o artigo, o autor destaca a necessidade da desagregação de algumas categorias utilizadas no censo possibilitando uma análise mais profunda de determinadas classes sociais.

5.2 Comentários da resenhista: importância da obra para o desenvolvimento dos estudos (pesquisa) e compreensão do campo da saúde coletiva; coerência da abordagem teórica com a vertente filosófica que embasa a saúde coletiva.

Considero a análise apresentada neste estudo extremamente importante para a compreensão das desigualdades que se refletem no campo da educação. O materialismo histórico dialético, vertente filosófica que embasa a saúde coletiva, alerta para as contradições existentes no capitalismo, de onde advêm algumas destas desigualdades e a necessidade de superação. Os dados apresentados neste artigo podem cooperar para a formulação de práticas emancipadoras no campo de atuação da saúde coletiva.

Interpretar os processos de reprodução social sob a ótica da saúde coletiva permitirá compreender melhor as atitudes adotadas pelos estudantes/futuros profissionais, foco do meu projeto de pesquisa.

6. **Intertexto para ampliação:**

   6.1. **Cite duas obras, que anteriormente lidas, puderam auxiliar o resenhista para o entendimento do texto.**

   Osório RG. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. Cad. Pesq. 2009; 39 (138): 867-880.

   Meyer DE. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. Rev. Bras. Enf. 2004; 57 (1):13-8

   6.2. **Cite duas obras que pretende ler para aprofundar os conhecimentos sobre o tema do texto**.

   Marx K. O capital: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1985. 6v

   Castro JA. Evolução e desigualdade na educação brasileira. Educ. Soc.2009; 30 (108): 673-697

7. **Apreciação geral: comentários acerca da qualidade do texto: clareza, profundidade e grau de dificuldade de compreensão.**

O texto foi escrito de forma clara e seus resultados e conclusões expostos adequadamente. Entretanto, para uma correta interpretação dos dados disponibilizados, são necessários conhecimentos prévios sobre as categorias gênero, raça e classe social bem como seus reflexos na educação e estrutura da sociedade contemporânea.